



Processo Legislativo

Processo	Data/Hora
2026-55	04/02/2026 15:00
Unidade	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DAD)	
Solicitante	
RODRIGO GOMES MASSULO	
Tipo	
Processo Legislativo	
Assunto	
PL - ISENÇÃO ITBI CONSTRUÇÃO PROGRAMAS HABITACIONAIS	
Descrição	
Isenção ITBI programa minha casa, minha vida reconstrução - Of. Mens. nº 044/26-GPM	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. Mens. nº 044/26-GPM.

Santo Antônio da Patrulha, 4 de fevereiro de 2026.

A Sua Excelência

Senhor Ezequiel Peixoto Muniz,  
Presidente da Câmara de Vereadores,  
Santo Antônio da Patrulha, RS.

Assunto: **Projeto de Lei.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

Enviamos o Projeto de Lei que “Concede isenção do Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), aos beneficiários do programa minha casa, minha vida reconstrução”, para apreciação e votação por essa Casa.

Esse Projeto de Lei justifica-se para atender demandas do Município, a fim de adequação ao previsto na Portaria MCID nº 520/2024, e orientação de atendente da Agência Caixa, pois o Programa Compra Assistida prevê cobertura total das taxas/tributos inerentes a aquisição do imóvel que pode ser comprado no âmbito estadual/RS, em qualquer município, conforme Processo Eletrônico 2025-9060.

Atenciosamente,

Rodrigo Gomes Massulo,  
Prefeito Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela SKHF.JFGU.HQI8.N6LM



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2026

Concede isenção do Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), aos beneficiários do programa minha casa, minha vida reconstrução.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), incidente sobre as transmissões, a qualquer título, por ato oneroso, à aquisição de imóvel realizada por beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida Reconstrução ou programa habitacional que vier a substituí-lo ou sucedê-lo, conforme previsto na Lei Federal nº [14.620](#), de 13 de julho de 2023 e na Portaria MCID nº 520, de 05 de junho de 2024.

Parágrafo único. Os beneficiários desta lei serão aqueles que se enquadrarem nos parâmetros d ispostos no art. 5º da Lei Federal nº [14.620](#), de 13 de julho de 2023.

Art. 2º A isenção prevista no artigo anterior deverá produzir efeitos previamente à contratação dos investimentos, cujo recurso será proveniente do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), de que trata a Lei Federal nº [10.188](#), de 12 fevereiro de 2001.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 4 de fevereiro de 2026.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela YLPM.MWMV.XIMZ.G28X



## INFORMAÇÃO

Informo que o Projeto de Lei vinculado ao Processo Legislativo n° 055/2026, foi registrado através do n.º 058/2026, sob o n.º de Protocolo n.º 298/2026, em 05 de fevereiro de 2026, às 14h08.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de fevereiro de 2026.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela BATF.CREG.FHGL.RF89



**Of. n.º 150/2026**

**Santo Antônio da Patrulha, 09 de fevereiro de 2026.**

A Sua Excelência  
Senhor Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal,  
Santo Antônio da Patrulha - RS.

**Assunto: Envio de Projeto de Lei.**

Encaminho o **Projeto de Lei nº 058/2026**, que " Concede isenção do Imposto Sobre Transmissão de Propriedade Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), aos beneficiários do programa minha casa, minha vida reconstrução", o qual foi apreciado durante a 2ª Reunião Ordinária, realizada na data de 09 de fevereiro, junto à Sessão Legislativa de 2026 por acordo de lideranças, foi aprovado por unanimidade.

Atenciosamente,

Vereador Ezequiel Peixoto Muniz,  
Presidente do Legislativo Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela ZKS6.7N96.BFE5.WVIU

Documento assinado eletronicamente por **EZEQUIEL PEIXOTO MUNIZ**, em 10/02/2026 às 12:48:59.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



Processo Legislativo 2026-55

Defendido



**LEI Nº 10.918, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026**

Concede isenção do Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), aos beneficiários do programa minha casa, minha vida reconstrução.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), incidente sobre as transmissões, a qualquer título, por ato oneroso, à aquisição de imóvel realizada por beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida Reconstrução ou programa habitacional que vier a substituí-lo ou sucedê-lo, conforme previsto na Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023 e na Portaria MCID nº 520, de 05 de junho de 2024.

Parágrafo único. Os beneficiários desta lei serão aqueles que se enquadrarem nos parâmetros dispostos no art. 5º da Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023.

Art. 2º A isenção prevista no artigo anterior deverá produzir efeitos previamente à contratação dos investimentos, cujo recurso será proveniente do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), de que trata a Lei Federal nº 10.188, de 12 fevereiro de 2001.





Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 11 de fevereiro de 2026.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Cléia Juçara Airoidi  
Secretária da Administração e Finanças



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **M6KQ.ISUG.BDC6.BIQN**

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA**  
**PATRULHA**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**LEI Nº 10.918, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026**

Concede isenção do Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), aos beneficiários do programa minha casa, minha vida reconstrução.

**O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,**

**FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:**

**Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), incidente sobre as transmissões, a qualquer título, por ato oneroso, à aquisição de imóvel realizada por beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida Reconstrução ou programa habitacional que vier a substituí-lo ou sucedê-lo, conforme previsto na Lei Federal nº14.620, de 13 de julho de 2023 e na Portaria MCID nº 520, de 05 de junho de 2024.**

**Parágrafo único. Os beneficiários desta lei serão aqueles que se enquadrarem nos parâmetros dispostos no art. 5º da Lei Federal nº14.620, de 13 de julho de 2023.**

**Art. 2º A isenção prevista no artigo anterior deverá produzir efeitos previamente à contratação dos investimentos, cujo recurso será proveniente do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), de que trata a Lei Federal nº10.188, de 12 fevereiro de 2001.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Santo Antônio da Patrulha, 11 de fevereiro de 2026.**

**RODRIGO GOMES MASSULO**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se**

**CLÉIA JUÇARA AIROLDI**  
Secretária da Administração e Finanças

**Publicado por:**  
Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:EA91822F**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 12/02/2026. Edição 4267  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>